



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1041/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1657/2015 – 02 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Christianny Costa Sena, Diretora Geral do ICAM.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 48/2015 (fls. 328/332).

7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1833/2015-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 334/335v).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto de Saúde da Criança do Amazonas – ICAM. Exercício 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas Quitação.
Recomendação à origem. Determinação ao
SEPLENO.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas, nos termos do artigo 1º, II, 22, II, e 24 da Lei nº. 2423/1996; e artigos 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, a Prestação de Contas do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM, de responsabilidade da **Sra. Christianny Costa Sena**, Diretora Geral e Ordenadora de Despesa, no exercício de 2014, recomendando à origem, maior presteza e zelo em relação às prestações de contas futuras, para que se atendam as orientações descritas no Relatório Conclusivo, cujas cópias reprográficas deverão ser remetidas àquela unidade de saúde;

9.2- Dar quitação à Sra. Christianny Costa Sena, Diretora Geral, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.3- Recomendar à origem que:

9.3.1- Implemente as providências solicitadas junto à SUSAM, com o fito de solucionar os problemas constatados no Almoxarifado daquele Instituto;

9.3.2- Observe a validade dos documentos (certidões, atestados de exclusividade, etc) apresentados para celebração de atos jurídicos (contratos, aditivos, etc) nos próximos exercícios;

9.3.3- Faça constar nas futuras prestações de contas o Relatório, Certificado e Parecer de Auditoria a serem emitidos pela Controladoria Geral do Estado - CGE, responsável pela efetivação do controle interno nos órgãos do Poder Executivo do Estado, nos termos da Lei Delegada nº 71, e nº 93, ambas de 18 de maio de 2007;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1041/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no artigo 162, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

9- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral